



ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS,
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022

-- Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Arruda dos Vinhos, no Edifício dos Paços do Município, teve lugar uma reunião Ordinária do executivo, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara André Filipe dos Santos Matos Rijo, que declarou aberta a reunião eram quinze horas e cinco minutos, com a presença dos seguintes vereadores:-----

-- Carlos Manuel Jorge Alves-----
 -- João Pedro Cavaco em substituição de Sandra Isabel Rebeca Lourenço -----
 -- Rute Miriam Soares dos Santos -----
 -- Paulo César da Silva Pinto-----
 -- João Pedro Marquis Garcia Rodrigues -----
 -- Secretariou a reunião a Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, Anabela Alves Marques, coadjuvada pela Assistente Técnica Sandra Cristina Costa Santos.-----

Ausência-----

-- A Senhora Vereadora Carla Munhoz não esteve presente, na reunião, porque se encontrava de férias.-----

Intervenção do Público-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CATARINA GASPAR -----

-- Referiu que gostaria de usar da palavra na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, gostava de saber quantas reuniões de Câmara Municipal, deste mandato, existiram, e saber a quantas reuniões o Senhor Vereador Helder Carvalho e a Senhora Vereadora Sandra Lourenço faltou, em substituição do Senhor Vereador Helder. Agradecia que a Câmara Municipal lhe pudesse dar estas indicações, para controlo e fiscalização por parte da Assembleia Municipal.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

-- Referiu que sob pena de cometer algum lapso, vai pedir a Dr.^a Anabela Marques, Chefe da Unidade Administrativa de Modernização, para fazer este apanhado para entregar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CATARINA GASPAR -----

-- A Senhora Presidente pede que fique registo em ata.-----

Antes da Ordem do Dia-----

TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

Evolução da situação epidemiológica da COVID-19 no concelho -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - Referiu que à data de hoje, têm a registar cento e cinco casos ativos confirmados, quatro mil oitocentos e oitenta e sete recuperados e sessenta e três óbitos a lamentar. -----

Reunião de Câmara Municipal extraordinária dia 26 de abril -----

- - Deu nota aos Senhores Vereadores que vão ter a necessidade de realizar uma reunião de câmara extraordinária, sugere o dia vinte e seis de abril, será enviada, oportunamente, a convocatória oficial, esta necessidade da realização desta reunião extraordinária prende-se com a realização da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de abril e com o facto de estarem a concluir o fecho da prestação de contas do município. Os auditores atrasaram-se um pouco com trabalho de monitorização às contas, vão fechar esta semana a prestação de contas, e uma vez que foge à regra habitual das segundas-feiras tomaram em atenção e vai convocar a reunião para as dezanove horas para não haver grandes constrangimentos de agenda de última hora. -----

Roteiro de Proximidade nas Cardosas-----

- - Queria fazer um pequeno balanço do roteiro de proximidade, não o fez anteriormente porque a proximidade também dizia respeito à transmissão da reunião de câmara descentralizada, na freguesia de Cardosas. Conseguiram transmiti-la com o apoio inestimável da Escola Profissional Gustave Eiffel, sobretudo dos seus alunos, professores e do Gabinete de Comunicação do município, conseguiram, pela primeira vez, em direto, transmitir nos meios digitais do município, nomeadamente no Facebook. Parece-lhe que foi uma reunião que teve bastante participação, foi bastante visualizada e isso é ótimo, pretendem que as reuniões, não só sejam públicas, mas que seja do conhecimento do público e do município aquilo que é o trabalho realizado pelo executivo, também como forma de transparência e de abertura à sociedade civil como é apanágio deste executivo.-----

- - O Roteiro correu bastante bem, tendo em conta os objetivos que tinham fixado, está marcado já um próximo, na próxima reunião descentralizada, que será no dia dezasseis de maio, na freguesia de S. Tiago dos Velhos e atendo ao facto de terem discutido internamente vão tentar melhorar, sobretudo, as reuniões transmitidas em direto com a possibilidade de tentar responder a algumas questões que os munícipes colocam. Vão propor, na próxima reunião de câmara, uma alteração ao regimento para conseguirem acomodar essa necessidade de maior participação e também darem resposta e estimular a participação cívica e democrática dos concidadãos. -

Prova de motocross em Santo Quintino -----

Prova motocross Santo Quintino -----

- - Deu nota que, no domingo de Páscoa, foi retomado o circuito nacional da prova de motocross organizado pela Associação Desportiva, Cultura e Recreio de Casais de Santo Quintino, Sobral de Monte Agraço, numa pista que é designada a catedral do motocross e foi bastante interessante verificar a afluência de público, cerca de cinco mil pessoas, num domingo de Páscoa, com uma prova muito bem organizada. Uma pista muito bem arranjada, que se situa, em parte, no concelho de Sobral de Monte Agraço e a maioria da área da pista no concelho de Arruda dos Vinhos. Foi muito bom verificar a comunhão de esforços para que o desconfinamento

faça o seu caminho no retomar das atividades que existiam e foram interrompidas ou suspensas e que agora retomam o seu curso normal. Deu os parabéns, em nome do município, por mais essa concretização. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO PINTO-----

- - Referiu que a intervenção na rede de beneficiação da DAR (drenagem de águas residuais), na junção da estrada da Marquesa com a Rua da Quinta de Matos está a decorrer de acordo com o previsto, o mesmo acontece na Rua de S. Tiago dos Velhos, com a empresa AM Catarino, referiu que estes trabalhos estavam devidamente planeados, devido a estrangulamentos parciais num dos coletores que provocavam entupimentos regulares, era urgente resolver. Os *timing's* estão a decorrer de acordo com o previsto. -----

- - Do que diz respeito à beneficiação da rede pública municipal de abastecimento de água, deu nota que após a entrada em funcionamento do novo reservatório do Casal Novo foi colocado um novo sistema de válvulas, também na Rua da Quinta de Matos que vai permitir alguma flexibilidade, isto é, se em algum momento houver um constrangimento momentâneo no abastecimento público de água à vila de Arruda, uma boa parte pode ser abastecida a partir do novo reservatório do Casal Novo. -----

- - Deu nota que o novo reservatório da Tesoureira está já na última fase, em termos de instrumentação e controlo do próprio reservatório, também com a colocação dos equipamentos de telemetria para passar depois para a fase de ser lavado e desinfetado para poder entrar em funcionamento para aumentar a capacidade de abastecimento de água à localidade. -----

- - Deu nota que a equipa de pavimentações do Centro Operacional Municipal (COM) tem andado pelas diferentes localidade das freguesias, em termos de pavimentação e reparação é um trabalho que é para continuar, neste caso, com massas betuminosas frias, sendo que será estendido também à freguesia de Cardosas quando passarem ao trabalho de reparação com massas betuminosas quentes de acordo com aquilo que é tecnicamente adequando, segundo os serviços.-----

- - Deixou uma nota ao nível da manutenção e conservação dos espaços verdes, nomeadamente no que se refere à remoção da vegetação e de ervas nas ruas da vila e nas diferentes urbanizações, que é relevante para explicar um pouco melhor qual o ponto da situação, tiveram um novo concurso em que a empresa que ganhou é diferente daquela que estava a operar, ocorreu um período de transição em que as coisas são sempre mais lentas do que aquilo que gostavam, a juntar a esse motivo e por questões ambientais, pretendem que, sempre que possível, não usem herbicidas com glifosato ou sem glifosato, porque o princípio é o mesmo, são químicos e em última análise, permeiam os solos e vão ter às linhas de água e levam também a que a fixação de água pelo solo seja menor, sempre que possível, nomeadamente nas zonas urbanas, vão procurar não os usar, é isso que têm feito, mas conjugando isso com temperaturas mais amenas, com chuva e com o tempo mais quente, outra vez, a vegetação vai crescendo. Estimam que até ao final do mês as coisas estejam em dia, também com as equipas do Centro Operacional Municipal - espaços verdes a colaborar nesta fase. Informou que algumas zonas, nomeadamente, o Carrasqueiro, a Mata e a "zona velha" de Arruda dos Vinhos já foi

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

intervencionada, mas têm algumas zonas que estão mesmo a precisar e até ao final do mês o trabalho ficará concluído e depois, recomeçar tudo outra vez. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO RODRIGUES-----

Estradas -----

- - Referiu que têm um conjunto de questões, parte delas tem a ver com estradas, umas estradas municipais e outras estradas nacionais que não estando sob a responsabilidade do município entendem que há necessidade do município ter algum cuidado e junto das entidades competentes demonstrar estes problemas. -----

- - Referiu que há necessidade urgente de intervir, esta é recorrente e não é primeira vez que é falada, na passadeira de À-do-Barriga, na estrada 248-3, por um lado a passadeira não é muito visível de um dos lados dos automobilistas, e por outro lado, a velocidade com que as pessoas passam naquela zona também não é a velocidade aconselhável, por um lado tentar reduzir a velocidade e por outro retirar a passadeira daquela zona e colocá-la noutra sítio, esta situação tem que ser transmitida a terceiros uma vez que é uma estrada nacional. ----

- - A outra estrada nacional é a estrada nacional 115, em Arranhó, perto do coreto, há dois problemas, um tem a ver com a velocidade e o outro tem a ver com o abatimento do alcatrão que já aconteceu há algum tempo, mas que está a deteriorar-se, numa zona de curva onde passam bastantes camiões, não é só uma questão de perigo, que é evidente, mas é também uma questão sonora para as pessoas que ali vivem e trabalham e também é um perigo para os peões porque as passadeiras não estão nessa zona e os carros de menor porte desviam-se da zona que cedeu e fazem a curva em contra mão. -----

- - Quanto às estradas municipais, e já foi falado anteriormente, desde o alcatroamento da estrada desde a rotunda das vindimas até ao Externato Irene Lisboa, foram colocadas umas bandas perto da passadeira da escola, mas a passadeira que está junto do Centro Escolar, e esta foi uma questão colocada por alguns pais, é que aquela passadeira necessita de ser aumentada ou colocado um empedrado, como já teve em tempos, porque as pessoas não andam mais devagar, simplesmente ouvem as rodas a fazer o barulho perto da passadeira, mas não abrandam naquela zona. -----

- - Quanto à questão da velocidade foi colocada também relativamente à estrada do Linhó, Cardosas, por pessoas dessa localidade, que dizem que há uma necessidade de fazer com que a velocidade seja reduzida naquela zona. -----

Nó do Cabeço da Rosa -----

- - Referiu que voltam a trazer o tema do Nó do Cabeço da Rosa, gostavam de saber qual o ponto da situação neste momento, porque o Governo já está em plenas funções, pelo que sabe, da parte dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Tiago dos Velhos e de Arranhó, mantem-se a vontade que avancem com esta obra, que estava no programa eleitoral quer do PSD (Partido Social Democrata) quer do PS (Partido Socialista) entendem que tem que haver um avanço nesta questão que é do interesse de todos. -----

ALDI-----



- - O Senhor Vereador questionou o executivo se havia algum pedido de instalação de um supermercado, nomeadamente, o Aldi, porque foi abordado por vários munícipes da existência desse pedido, gostava de saber se realmente existe pedido de licenciamento de instalação do supermercado na cadeia Aldi, e sendo verdade, onde é que o referido supermercado iria ser localizado. -----

Voto de louvor -----

- - Gostavam de saber qual o ponto de situação do voto de louvor que foi aprovado na reunião de câmara de dia vinte e um de março. Se já foi comunicado às instituições, associações e famílias de acolhimento, no fundo aqueles que foram visados pelo voto de louvor e não tendo sido, gostavam de fazer força para que essa questão fosse levada a cabo. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO CAVACO -----

- - O Senhor Vereador começou por congratular com a questão do Roteiro de Proximidade realizado. Os Senhores Vereadores acham que foi muito importante estar próximo das pessoas e conhecer as realidades e acharam a iniciativa muito boa. -----

- - Relativamente à transmissão da reunião de câmara, foi um passo importante e acham que deve ter continuidade, e, se possível, fazê-lo não só nas reuniões descentralizadas. Gostava de saber, se for possível, o alcance da transmissão, quantas pessoas é que assistiram em direto. Pergunta se está previsto nas reuniões de câmara, no edifício da câmara, ser feita a transmissão em direto. -----

- - Quanto ao que o Senhor Vereador Paulo Pinto referiu, em relação às obras da Quinta de Matos, dos coletores e de S. Tiago dos Velhos, que estão a decorrer nos tempos previstos, pergunta qual é a previsão da conclusão da obra. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, CARLOS ALVES -----

- - Informou que o Festival Políticas à Parte terá uma segunda edição nos dias previstos, dias vinte e três, vinte e quatro, vinte e cinco de abril e um de maio, terá concertos, *talks* sobre vários temas, em que a palavra e a importância da palavra é o tema transversal, mas também teatro, um pouco à semelhança do que foi feito na primeira edição também com uma exposição de fotografia alusiva ao 25 de Abril, e aproveitou para fazer o convite. Informou que a compra do passe para o festival já é possível e tem um valor de dez euros e também tem muitas atividades gratuitas como são os *talks* e a exposição. -----

- - Deu uma palavra de parabéns a uma nova Associação de Arruda dos Vinhos – a Associação Degrau – Associação Cultural, que fez chegar um trabalho magnífico, em forma de inquérito, que foi apresentado recentemente acerca das práticas culturais, foi uma radiografia daquilo que sucedeu no concelho. Deu os parabéns também pela programação que levaram a cabo no dia nove de abril em que se abriram para a comunidade e trouxeram música, cinema, teatro de rua, artes manuais e pintura, infelizmente, o tempo não colaborou, ficou muito centralizado nos Bombeiros Voluntários, fica o seu agradecimento e os parabéns, referiu que também há espaço para a cultura no concelho pela sociedade civil e a Cultura Degrau deixa, em antemão, uma antevisão daquilo que é o seu potencial nestas iniciativas. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - A nível do associativo deu uma palavra de agrado e de parabéns ao primeiro torneio de basquete desenvolvido pelo CRDA - Clube Recreativo Desportivo Arrudense.-----
- -Deu os parabéns pelos cinquenta e um anos do S. Tiago Futebol Clube, que tiveram um almoço comemorativo e também um jogo a propósito desta tão importante marca, na sua história.-----
- - Referiu que o no âmbito do Orçamento Participativo Jovem já foi feita uma reunião com a Comissão Técnica, não pode entrar em grandes pormenores, mas houve alguns pedidos de esclarecimento, mas as coisas estão bem encaminhadas.-----
- - Quanto ao Orçamento Participativo, ainda está a votação, tem sido bastante participado, já votaram seiscentas e quarenta pessoas, mas como ainda falta algum tempo é possível antever, face aos comportamentos eleitorais do histórico deste Orçamento, que há muita gente que ainda irá votar, previsivelmente, até ao fim do mês.-----
- - Deu nota da abertura da Universidade da Gerações, que volta a abrir portas amanhã, já sob a forma de aulas e levar a cabo as suas atividades. Houve uma sessão de abertura com o teatro no Auditório, uma visita a Aveiro, uma visita também à vila de Arruda dos Vinhos, em termos de circuito mais cultural e um passeio também no Cabeço de Montachique.-----
- - Houve uma sessão, a nível de educação, como motivar o bem estar no trabalho, pelo Doutor Alfredo Leite, que decorreu no Auditório, foi desenvolvida pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Arranhó, que decorreu, com muita procura. -----
- - Deu nota de uma reunião do Conselho Municipal da Juventude, que foi muito participada. Deu nota também de reunião muito importante acerca do Conselho Geral da Rede Cultura 2027, em Leiria, que se conclui que voltar a levar a cabo a Rede Cultura, mas caindo a designação de 2027, porque neste momento não faz grande sentido.-----
- - Deu nota sobre a programação do Centro Cultural do Morgado, como a colaboração da Cultura Degrau com o Status Duo.-----
- - A participação em termos de sindicatos de professores da Grande Lisboa com uma exposição, mas também com uma ação de formação em torno de Irene Lisboa e com um momento de poesia pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e uma formação pelo Senhor Professor Jorge da Cunha.-----
- - Deu nota que hoje assinalam o Dia Internacional dos Monumentos dos Sítios, cujo tema é o"Património e Clima". O Senhor Vice-Presidente convidou os presentes para visitarem o ArrudaBase que é uma plataforma multidisciplinar que já existia, mas foi alvo de atualização e de informações.-----

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA RUTE MIRIAM -----

Vespa Velutina-----

- - Referiu que há cerca de quatro semanas deu nota que iriam ser colocadas cento e setenta armadilhas da vespa velutina, mas só foram colocadas noventa e sete armadilhas, deu nota que na semana passada foi feita a primeira manutenção e foram encontradas cerca de cento e sessenta e quatro vespas já mortas, isto significa



que estão a tentar controlar esta população de vespas por forma a minimizar os estragos que possam vir a causar no concelho. -----

- - Referiu que no âmbito do projeto da Oeste CIM vão ter, no próximo dia vinte e três de abril, às quinze horas, no Auditório Municipal, sábado, uma ação que consiste na promoção das medidas de prevenção, controlo e erradicação desta vespa, esta ação é direcionada sobretudo a apicultores e agricultores do concelho, já fizeram o convite para todos os contactos que têm e vão reforçar estes contactos para alertar para a necessidade de virem e ouvir para conhecer o projeto, porque é um projeto de dois anos. Convidaram os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e restante executivo assim como os escuteiros uma vez que andam constantemente na rua e poderão ser uma mais-valia no apoio que têm dado em várias ações da Câmara Municipal. Deixou o convite a todos os que quiserem participar. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

Estradas -----

- - Referiu que quanto à questão de À-do-Barriga crê que o Orçamento do município e as GOP (Grandes Opções do Plano), em vigor para este ano responderão a essa necessidade, ou seja, tem previsto a colocação, desejavelmente durante este primeiro semestre, para que aquela via tenha um controlo semafórico de velocidade, vão instalar ali velocidade controlada e será o Orçamento Municipal a fazer essa intervenção, até porque nesse troço, a estrada já está desclassificada e é da responsabilidade do município, espera que esta situação tenderá a ficar resolvida, se não resolver, terá a GNR (Guarda Nacional Republicada) que atuar em conformidade, a Câmara Municipal limitar-se-á a propor que isso aconteça de uma forma mais eficaz. -----

- - Quanto às estradas nacionais, tiveram recentemente uma reunião com o engenheiro Alcindo Cordeiro, que é o engenheiro responsável pela obra da Variante à Vila de Arruda, que já está em fase de planeamento, existirão ainda reuniões técnicas preparatórios desta intervenção, e o engenheiro Alcindo Cordeiro é também responsável por esta zona, no âmbito da manutenção das vias nacionais, nessa reunião já abordaram os temas não só das estradas referidas, mas também da Estrada Nacional que liga Vila Franca de Xira ao concelho, que carece de uma intervenção em alguns troços, sobretudo a seguir à zona do Carrasqueiro, que merece cautela e atenção, nessa reunião, ainda não foi dada, pelas Infraestruturas de Portugal, data em concreto, sabem que há um concurso de manutenção de vias que lançaram e depois depende se conseguem encaixar ou não, mas ainda não há nenhuma notícia dessa obra avançar a curto prazo, quer nesta estrada de Vila Franca, quer na estrada de Bucelas, que foi aquela que o Senhor Vereador João Rodrigues referiu. Confessa que não colocaram em foco a zona junto ao coreto, colocaram em foco até mais a estrada de Arranhó ao Sobral de Monte Agraço, que há zonas de abatimento complicadas que põe em causa a segurança rodoviária, no entender do executivo, e também na zona a seguir à Arranhó, já na ligação da zona da Bemposta, Bucelas, em que há zonas que inspiram, algum cuidado adicional. Estas situações já foram sinalizadas pelo executivo recentemente ao engenheiro Alcindo Cordeiro, mas vão continuar a insistir para que essas situações sejam resolvidas. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - Quanto à questão da Av. Engenheiro Brito da Conceição, na proximidade às escolas, têm sempre posições para tudo, há quem entenda que colocar bandas sonoras ou lombas em certo tipo de zonas não é a melhor solução, o pavimento melhorou, mas a sinalização vertical já foi reforçada, sobretudo na proximidade das escolas. -----

- - No Externato João Alberto Faria, as situações estão mais balizadas até porque foram colocadas umas baias, já no seu tempo, para tentar evitar cruzamento entre peões e veículos rodoviários na zona de acesso à escola, o executivo tem tentado fazer e o Senhor Vice-Presidente tem feito junto da Escola Segura para que haja um reforço de policiamento, sobretudo, nos horários de entrada e de saída das escolas para tentar mitigar essas situações é esse tema que estão a tratar. -----

Nó do Cabeço da Rosa -----

- - Quanto à questão do Nó do Cabeço da Rosa, o Senhor Presidente já pediu para serem recebidos pelo novo Secretário de Estado das Infraestruturas e não tem uma data prevista para esta reunião, vão tentar que o Senhor Presidente da Câmara de Loures e de Vila Franca de Xira os possam acompanhar, até porque, como disse anteriormente, se conseguissem, até ao final deste mandato chegar a acordo e custear a elaboração de um projeto de execução, já era um bom passo para que a obra pudesse avançar, informou que a obra está inscrita no PNI (Programa Nacional de Investimentos) é nisso que estão a trabalhar, para que seja possível, pelo menos, até ao final do mandato. -----

- - Recorda que a estimativa orçamental, desta intervenção, que foi veiculada pela Secretaria de Estado, na altura, foram dez milhões de euros, que hoje poderão ser mais, e geralmente os custos dos projetos estão relacionados com o valor estimado da obra, se apontarem para um valor entre cinco a dez por cento para a elaboração do projeto de execução, se tiverem por base de referência os dez milhões de euros, chegam à conclusão que é ainda um esforço significativo que os municípios têm que fazer, conjuntamente com as Infraestruturas de Portugal, para custear esse projeto de execução. -----

ALDI -----

- - Relativamente à questão do Aldi, não tem, até à data de hoje, nenhum conhecimento sobre a instalação de nenhuma superfície comercial ou de pedido de licenciamento. -----

Voto de Louvor -----

- - Relativamente à questão do voto de louvor informou que foi corrigido, foi para a ata, como era suposto ir, e foi dada instrução aos serviços, na sequência da aprovação da ata, para que pudesse ser encaminhado, pelas vias que são habituais, neste tipo de situações. Não tem informação se foi tramitado ou não, mas da sua parte depois da correção e da aprovação da ata ficou para ser tratado. -----

Transmissão em direto das reuniões -----

- - Em relação à transmissão em direto de outras reuniões que não as descentralizadas, vê com muita dificuldade que isso possa acontecer, não existem recursos internamente, não dirá humanos porque humanos até teriam, não têm é recursos materiais capazes para poder garantir as condições de transmissão da reunião, -----

teriam sempre de recorrer a outsourcing. Aquilo que pesquisou de outros colegas que fazem isso, nomeadamente o município de Torres Vedras, não queria estar aqui a particularizar, mas falou nomeadamente dessa situação, a transmissão de cada reunião de câmara custa cerca de cinco mil euros, sabe que a democracia é muito importante e estão na linha da frente sempre, mas um custo de dez mil euros por mês, é fazer as contas e perceber que, realmente, o Orçamento do município não pode ter condições, neste momento, para acomodar uma despesa dessa envergadura. Decidiram que, com recurso aos técnicos do município e com a Escola Profissional Gustave Eiffel, que tem um curso específico nesta área, permitimos que tivessem uma experiência que pode ser interessante e diferente, fora do contexto da sala de aula e que permita, também, ter alguma responsabilidade, porque foi uma responsabilidade essa tarefa. Acha que as coisas correram muito bem e a ideia é repetir, com a Escola Profissional Gustave Eiffel, e só será possível nas reuniões fora de portas, em horário pós-laboral, que é o caso das reuniões descentralizadas e parece-lhe que é esse o modelo que vingará.

- - No que diz respeito ao alcance da transmissão da reunião de câmara a informação que tem é que tiveram oitenta e nove gostos, quarenta e quatro comentários e quinze partilhas, quanto ao número de pessoas alcançadas, o resultado que a plataforma transmite, é de três mil e trinta e seis e a informação que o Gabinete de Comunicação e Imagem lhe transmite é que tiveram um pico de cerca de cento e dez pessoas a assistir em simultâneo e depois, tiveram alturas em que veio mais para baixo, cerca de setenta, talvez um bocadinho menos, mas a média de visualizações, em simultâneo, andou na casa das setenta e cinco pessoas, acha que é um dado interessante para partilhar vão ver se as próximas reuniões têm mais ou menos gente, mas o que interessa, de facto, é que foi dado um passo, e como disse pretendem continuar a dar esses passos -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO PINTO -----

- - Respondeu que em qualquer uma das obras o prazo é mais ou menos o mesmo, estão a falar do final do mês de abril, tecnicamente, a intervenção em S. Tiago dos Velhos, tem uma complexidade superior à da Quinta da Matos, pela profundidade da vala e também depende do número de ligações em forquilha que vão encontrar, porque querem deixar a obra bem-feita, pode demorar talvez mais uma semana, mas é previsível que acabem no final de abril. -----

----- Ordem do Dia -----

PONTO N.º 1 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2022 -----

- - Foi em devido tempo enviado a cada vereador, em formato digital, ata da reunião ordinária de 18 de abril, pelo que, tendo sido dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

PONTO N.º 2 - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE ARRUDA DOS VINHOS, CADERNO III - PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL DE 2022 -----

- - Presente proposta da Senhora Vereadora Rute Miriam, datada de 11 de abril. -----
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----
- - "No âmbito da mudança do paradigma nacional em matéria de prevenção e combate aos fogos rurais, e da consequente implementação do sistema nacional de gestão integrada de fogos rurais, a Resolução do Conselho

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro, aprovou a visão, objetivos e medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, criou o SGIFR e estabeleceu as suas regras de funcionamento. -----

-- Considerando que o n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, prevê, que os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) em vigor produzem efeitos até 31 de dezembro de 2024 e que o Plano Operacional Municipal (POM) constitui o Caderno III do PMDFCI, o Gabinete Técnico Florestal procedeu à atualização desta componente do PMDFCI para o ano de 2022. -----

-- Proponho que, a fim de assumir como sua a referida atualização, a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos aprove a nova versão do Caderno III (Plano Operacional Municipal 2022) do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arruda dos Vinhos elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal, a apresentar à Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais para aprovação e a remeter posteriormente ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas." -----

PONTO N.º 3 - PROPOSTA DE NOTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA OPERAÇÃO Nº CENTRO-06-1406-FEDER-000095-----

-- Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 11 de abril.-----

-- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

-- "Na sequência da deliberação da aprovação pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, da reprogramação temporal da candidatura referente à construção da ponte pedonal sobre a Ribeira da Zibreira em Arruda dos Vinhos, proposta pelo Município, de forma a integrar a execução financeira da operação na concretização da candidatura, proponho a aprovação da minuta da Adenda do Termo de Aceitação." -----

PONTO N.º 4 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARRUDA DOS VINHOS TENDO EM VISTA A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À BANDA DE MÚSICA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARRUDA DOS VINHOS PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE CONCERTOS NO CONCELHO-----

-- Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 12 de abril-----

-- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

-- "Considerando que: -----

-- As bandas de música desde sempre assumem um papel preponderante na dinâmica sociocultural concelhia, enquanto testemunho e património cultural do meio onde se encontram inseridas; -----

-- Constitui entendimento do Município de Arruda dos Vinhos que a promoção de políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo e desportivo, de âmbito municipal, terá que passar pela colaboração com entidades vocacionadas para esses fins, promovendo o bem-estar e da qualidade de vida da população; -----

- -A Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos pretende dinamizar a sua Banda de Música através da realização de diversos concertos, e que o Município de Arruda dos Vinhos pretende promover a realização de concertos da Banda da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos no âmbito da sua atividade; -----
- - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo o município de atribuições nos domínios do património, cultura e ciência, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23 da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
- - Por força do disposto na alínea o) do nº1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal " deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município. -----
- - De acordo com o estabelecido na alínea u) do nº 1 do artigo 33.º da referida legislação, compete à Câmara Municipal, "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município"; -----
- - Quer o Município de Arruda dos Vinhos quer a Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos estão empenhados em dinamizar e potenciar à população do concelho, os benefícios do presente protocolo, garantindo assim uma mais-valia no âmbito das iniciativas a desenvolver. -----
- - O enquadramento orçamental encontra-se previsto na rubrica 0102 250 040701, projeto 2018/5052 Ac.1 Instituições sem fins lucrativos das Grandes Opções do Plano, com o número sequencial de cabimento 21322, no valor de 2 500,00€ (dois mil e quinhentos euros), salvaguardando o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----
- - Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere a aprovação da proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Arruda dos Vinhos a Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos tendo em vista a atribuição de apoio financeiro de 2.500€ (dois mil e quinhentos euros) à Banda de Música da Santa Casa de Misericórdia de Arruda dos Vinhos nos termos constantes da minuta em anexo." -----

PONTO N.º 5 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE TERRENO COM A ÁREA DE 6.047,00M², SITO NA "QUINTA DA MURZINHEIRA" -----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 11 de abril. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação do ponto. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO RODRIGUES -----

- - Referiu que houve realmente um procedimento, houve o constrangimento de ter sido num período prévio à pandemia, isso pode ter cortado qualquer possibilidade de conseguir um bom negócio, mas a questão é se há risco ou pode haver risco do procedimento voltar a ficar deserto. Se houve ou se prevê que haja algum tipo de estudo de mercado, nomeadamente por via de imobiliárias para se perceber se estes cento e oitenta mil euros fazem mais sentido ou menos sentido consoante aquilo que é o mercado de hoje para um terreno desta dimensão. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

-- Referiu que a pergunta é pertinente, para o apuramento, na altura, dos duzentos e trinta e sete mil euros, foi feito um estudo interno através da DOAQV (Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida), pela Engenheira Paula Pardal e em consulta, também, a agentes imobiliários locais, para o apuramento do valor por metro quadrado, que seria razoável, em termos de mercado, para a localização em causa e foi assim que calcularam o valor base da hasta pública. O mercado, infelizmente, não acompanhou essa que era a sua pretensão e agora para este ajustamento do valor base não voltaram a visitar o estudo, foi com base numa tentativa de reduzir algum montante para ver se torna mais apetecível a hasta pública, não tem neste momento nenhuma garantia de que o resultado possa ser outro, tem a expectativa e têm todos a expectativa, razoável, de admitir que este valor será mais atrativo do que o anterior, não obstante a pandemia e depois disso a invasão à Ucrânia pela Rússia, no passado dia vinte e quatro de fevereiro, que é do conhecimento de todos, e que representa umas variáveis de incerteza que são muito complexas de conseguir prever qual será recetividade. -----

-- Referiu que interesse há, porque depois de ter ficado deserto, já houve três ou quatro sondagens de pessoas a questionar se iriam lançar novamente o procedimento. -----

-- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

-- "Considerando que: -----

-- a) A Câmara Municipal em reunião de 24/02/2020 e a Assembleia Municipal em sessão de 28/02/2020, deliberaram proceder à alienação do prédio urbano, composto de terreno para construção, denominado "Quinta da Murzinheira", sito na Quinta da Murzinheira, A-dos-Arcos, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 2914 da freguesia de Arranhó e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3432; ---

-- b) Em 13/11/2020 foi aberto o procedimento, o qual ficou deserto de concorrentes; -----

-- c) O Município mantém a intenção de alienar o prédio supra referido; -----

-- Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

-- a) A abertura do procedimento de hasta pública para alienação de terreno para construção, sito na "Quinta da Murzinheira" com a área de 6.047,540 m2 inscrito na matriz predial urbana com o artigo 2914 da freguesia de Arranhó e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3432, pelo valor de base de licitação de € 180.000,00 (cento e oitenta mil euros), bem como aprovar as Condições Gerais e Especiais da Hasta Pública, que fazem parte integrante da presente proposta; -----

-- b) A comissão da hasta pública seja composta por: -----

Membros efetivos: Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida – Renato Batalha; Chefe de Divisão Financeira e Recursos Humanos – Bruno Anágua; Coordenadora Técnica – Salvação Rebeca. -----

Membros suplentes: Técnica Superior – Paula Pardal; Assistente Técnico – Mário Vitorino. -----

-- c) Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. " -----

PONTO N.º 6 - PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ÁREA DE TERRENO / IMÓVEL INTEGRANTE DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL



E DA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM COMPLEXO DESPORTIVO DE PADEL NA RUA NOSSA SENHORA DA SALVAÇÃO – URBANIZAÇÃO FONTE DO OURO EM ARRUDA DOS VINHOS

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 12 de abril

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação do ponto.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO RODRIGUES

- - Referiu que esta proposta tem potencial, faz todo sentido em duas perspetivas diferentes, primeiro numa perspetiva de dar mais possibilidades desportivas aos arrudenses, pensa que os campos de Padel que existem, em Arruda, não têm as medidas mínimas para que hajam torneios homologados, pela Federação, acha que é realmente é uma boa medida, faz sentido e tem outra parte que é interessante, que é possibilitar haver aqui um investimento por parte da Câmara Municipal que o faz por via da cedência do terreno e dos mil duzentos e cinquenta euros mensais que deixa de receber e faz também isto recorrendo a um eventual investidor privado, que, à partida, tem conhecimento da área e sabe como se gere este tipo de complexo e como é que deve ser o ambiente à volta do campo de padel, nomeadamente a questão do bar, que é importante, e a questão dos balneários que são essenciais e que faltam no Jardim Municipal para que o Padel e o Ténis possam ser dinamizados de outra maneira.

- - Há uma questão que é importante esclarecer, na proposta refere que é uma concessão a vinte anos e aqui há várias questões que tem que ser vistas logo de início, primeiro o ponto de partida da Câmara Municipal para chegaram a esta estimativa de investimento de trezentos mil euros, ou seja, aqui é muito importante perceber se foi pedido um parecer técnico para perceberem onde é que se baseiam estes trezentos mil euros, se este parecer técnico existe se está de acordo com os percursos atuais, quer de transporte, quer de matérias-primas de construção para se perceber se o pacote que estão a entregar a um eventual privado faz sentido face aquilo que é a realidade atual.

- - Pergunta se há risco e qual o risco se o procedimento ficar deserto, se foi feita alguma abordagem junto do mercado para perceber se existem eventuais investidores que possam estar previamente interessados.

- - Pergunta no caso de o concurso ficar deserto se a câmara municipal demonstra alguma abertura para que o privado possa fazer os mesmos três campos de Padel com o mesmo bar e com os mesmos balneários, mas com um caderno de encargos menos exigente, ou seja, a ideia é boa, mas a memória descritiva é muito exigente para qualquer privado que queira investir, nomeadamente, até com as características dos campos de Padel, um de uma determinada característica de relvado e os outros dois com outras características, mesmo a nível de tela é limitativo, limitativo do que seria o ideal.

- - Referiu que o Padel está na moda desde 2016 ou 2017, mas tem criado alguns constrangimentos em áreas habitacionais como é o caso do ruído, ou seja, existem um conjunto de circunstâncias que fazem com que o ruído seja quase de uma bala, porque o facto da acústica da cobertura e das telas fazerem quase um eco e o

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

facto de a bola a bater na raquete, que é uma raquete mais grossa, faz um barulho muito intenso, e até altas horas, porque estes campos, normalmente, estão abertos até tarde, era importante que este estudo e este impacto fosse feito, ou se não tendo sido feito, ser feito posteriormente, porque é importante que esta situação seja devidamente vista. Como disse no início da sua intervenção é uma boa ideia, mas sendo uma concessão a vinte anos é importante terem aqui um conjunto de condições e um conjunto de perspetivas para correr bem e para se correr menos bem. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que o nível de detalhe apresentado no caderno de encargos é relevador que houve trabalho de base, houve consulta ao mercado, e há um clube bem próximo, em Alverca, um dos sócios tem relações de parentesco com uma munícipe na freguesia de Arranhó, e foi munícipe, tiveram o cuidado de perceber do que estavam a falar, que tipo de investimento seria necessário. Estas informações foram transmitidas e acreditam que foram uma base fidedigna, não havia motivo para ser remetida a informação que não fosse correta ou que não correspondesse à verdade, a estimativa que fazem é aquela que foi transmitida há um mês e meio, dois meses no máximo, a informação está atual, não conseguem controlar a evolução do preço do ferro que é uma matéria crítica na construção da estrutura de suporte da cobertura dos campos, isso não consegue dominar. Aquilo que queria deixar muito claro, é que houve o cuidado para que este caderno de encargos da hasta pública fosse lançado com a informação atual, realista e rigorosa, se depois as contas batem certo ou não, se estão disponíveis para correr esse risco, ou não, até porque há matérias que desconhece, porque não é praticante da modalidade, mas hoje, aquilo que dizem, é que Portugal ainda não atingiu o pico de crescimento desta modalidade, usam muito a comparação com o mercado espanhol, e o mercado espanhol tem um milhão de praticantes, atualmente, e Portugal tem cerca de cem mil praticantes, talvez um bocadinho menos, as perspetivas são que isto evolua e que permita quase triplicar em breve o número de praticantes do Padel no país, não conhece esta modalidade, baseia-se naquilo que lhe transmitem, parece-lhe que poderá haver interesse neste concurso, não queria antecipar já morte anunciada de um concurso que acha que pode ter viabilidade, não vai responder à última questão, se estão disponíveis para reduzir o caderno de encargo porque acha que tem condições para que o concurso possa ter resultado e vai admitir que há aqui equilíbrio, ponderação e interesse no mercado, vão acreditar que vai correr bem, não consegue garantir que vá, não depende do executivo, nem da vontade, ou falta dela, está convidado que haverá interesse no mercado neste concurso. -----

- - Relativamente à questão dos horários, não foram aqui colocados perentoriamente, têm que ser combinados com a Câmara Municipal, precisamente porque vão ter que perceber qual será o impacto do campo Padel, sobretudo naquelas horas mais tardias, depois tem o bar, também não sabem que ruído, potencialmente, possa emitir, porque no pós jogo admite-se que haja confraternização, segundo o que percebe, daquilo que é o funcionamento do Clube Padel, tudo isto ficou propositadamente, neste caso, para permitir ter ferramentas para tomar decisões em função disso. -----



- - Daquilo que foi vendo noutros campos de Padel, nomeadamente no Alverca, que já falou, a proximidade a zonas habitacionais, em Alverca, não é diferente deste, antes pelo contrário, até parece que em Alverca está mais próximo das zonas habitacionais do que aqui, é certo que na urbanização da Fonte do Ouro, já existe bastante habitação, mas estão a falar da zona das vivendas onde não há tanta gente como se fosse na zona dos prédios, estão a falar da zonas junto ao *Street workout* Vítor Matos, ginásio ao ar livre, pensa que viram a planta em anexo e que é clara, há ali a proximidade de algumas vivendas, mas relativamente aos prédios é muito distante aparece difícil impacto significativo ou relevante para essa zona, sem desprimor para as vivendas que têm que acautelar por isso, como disse e sublinha não ficou regulamentada esta situação para poderem aferir e validar também a melhor solução, na altura. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO CAVACO -----

- - Referiu que relativamente ao ruído nos campo de padel, não é só o atual, tem a ver com o longo prazo, porque havendo essa previsão de aumento da procura e de alargamento de horário e de mais construção no local, porque em muitos municípios existem campos de padel que têm que ser limitados por causa da questão do ruído e era só para salvaguardar esta questão que deve ser tida em conta no concurso. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

- - “Considerando que o Município de Arruda dos Vinhos é legítimo proprietário de um imóvel sito na Rua Nossa Senhora da Salvação – Urbanização Fonte do Ouro, Freguesia de Arruda dos Vinhos, com a área de 1950 m2, terreno este que atualmente está vetado ao abandono, constituindo até um encargo para a edilidade, na medida em que, dada a proximidade à área urbana, tem o dever de assegurar a respetiva limpeza e desmatção com um caráter regular. -----

- - Considerando ainda que compete à Câmara Municipal promover e dinamizar a prática de atividade física e desportiva, assim como fomentar o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida da população do concelho. -----

- - Atendendo que se afigura vantajoso para a promoção da atividade física e desportiva a criação de um Complexo Desportivo de Padel nesse espaço, é intenção da Câmara Municipal lançar um procedimento de hasta pública tendo em vista a concessão do direito de uso privativo de área de terreno/imóvel integrante do domínio público municipal e da implantação e exploração de um Complexo Desportivo de Padel na referida parcela de terreno, de acordo com a planta em anexo. -----

- - Por outro lado, considerando o valor de investimento preconizado na instalação dos campos de padel e zonas adjacentes, estima-se um esforço financeiro que ronde pelo menos 300.000,00€ (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor), pretende-se que este investimento se realize por iniciativa privada, numa área de 1950 m2, e num horizonte temporal de 20 anos se concessione a utilização de modo a poder amortizar-se tal investimento. -----

- - Assumindo ainda que as taxas previstas no Regulamento de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos e na Tabela de Taxas Municipais se destinam eminentemente a ocupações de espaço público de natureza precária, e face à inexistência de taxas de ocupação de espaço público para um horizonte temporal de longo prazo,

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

propõe-se que o valor da taxa pela concessão em apreço seja a resultante da média mensal apurada em função do valor do investimento previsto com a instalação dos campos de padel e zonas adjacentes, e que se perspetiva na presente data em valor que ascende os 300.000,00€ (trezentos mil euros), acrescido de IVA, o que perfaz um valor mensal estimado de cerca de 1.250,00€ (mil e duzentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, montante que deverá ser pago ao Município de Arruda dos Vinhos no final do contrato e do período de concessão, em espécie, através da transmissão automática da propriedade total de todos os equipamentos instalados no local. -----

- - Nesse sentido, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a presente proposta e que a remeta à Assembleia Municipal tendo em vista a respetiva aprovação: -----

- - i) Da abertura do procedimento de hasta pública para concessão do direito de uso privativo da área de terreno/imóvel integrante do domínio público municipal e implantação e exploração de um Complexo Desportivo de Padel na Rua Nossa Senhora da Salvação – Urbanização Fonte do Ouro em Arruda dos Vinhos, nos termos das condições gerais e especiais constantes em anexo; -----

- - ii) Fixação do valor base de licitação de 500,00€ (quinhentos euros) acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor no âmbito do referido procedimento de hasta pública; -----

- - iii) Constituição da Comissão da Hasta Pública, com a seguinte composição: -----

- - Efetivos: -----

- - Dr. Bruno Anágua (Chefe de DFRH - Divisão Financeira e Recursos Humanos); -----

- - Arq. Renato Batalha (Chefe da DOAQV - Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida); -----

- - Dr. Ricardo Lapas (Chefe de Unidade Intermédia - USSDA Unidade Social, de Saúde, de Desporto e Associativismo); -----

- - Suplentes: -----

- - Salvação Rebeca (Coordenadora Técnica do Serviço Gestão Patrimonial); -----

- - Eng. Paula Pardal (Técnica Superior); -----

PONTO N.º 7 - GINÁSIO DA PISCINA MUNICIPAL – ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA EM PRESTAÇÕES E RESOLUÇÃO DE CONTRATO-----

- - Presente proposta do Senhor Vice-Presidente, datada de 11 de abril-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

- - "Considerando que: -----

- - a) A entidade Jorge Pereira Fitness, Sociedade Unipessoal, Lda, antigo titular do contrato de concessão do ginásio da Piscina Municipal, representada pelo único sócio gerente Jorge Humberto Ribeiro Pereira, detém para com o município uma dívida referente à falta de pagamento dos valores da renda dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2020 e aos meses de maio e junho de 2021, que totalizam o montante de €1 599,00 (mil quinhentos e noventa e nove euros); -----



- - b) A entidade Jorge Pereira Fitness, Sociedade Unipessoal, Lda, foi dissolvida em 26/01/2022, tendo o sócio gerente Jorge Humberto Ribeiro Pereira, vindo propor ao Município o pagamento do valor em dívida em 12 prestações mensais e sucessivas, no valor de € 133,25 (cento e trinta e três euros e vinte e cinco cêntimos); ---
- - c) Atendendo que não estão reunidas as condições para proceder à transmissão do contrato para o Sr. Jorge Humberto Ribeiro Pereira, devido à dissolução da entidade Jorge Pereira Fitness, Sociedade Unipessoal, Lda, pese embora as dívidas da sociedade não se extinguem; -----
- - d) Verificando-se extinção da Jorge Pereira Fitness, Sociedade Unipessoal, Lda, segunda outorgante do contrato, torna-se impossível a manutenção do contrato em vigor e consequentemente a transmissibilidade do contrato por falta de personalidade jurídica da sociedade, para o nome de Jorge Pereira enquanto empresário em nome individual, pelo que se deverá considerar o contrato como resolvido. -----
- - Proponho que, a Câmara Municipal delibere aprovar: -----
- - a) O pagamento do valor em dívida no montante de € 1 599,00 (mil quinhentos e noventa e nove euros), em 12 prestações mensais e sucessivas no valor de € 133,25 (cento e trinta e três euros e vinte e cinco cêntimos), vencendo-se a primeira em 02/05/2022 e as restantes ao dia 01 de cada mês subsequente, conforme minuta do acordo de pagamento em anexo. -----
- - b) A resolução do contrato, em face a dissolução da sociedade Jorge Pereira Fitness, Sociedade Unipessoal, Lda." -----

PONTO N.º 8 - XII PRÉMIO LITERÁRIO IRENE LISBOA - PRAZOS, PRÉMIOS E DATAS DOS EVENTOS -----

- - Presente proposta do Senhor Vice-Presidente, datada de 11 de abril-----
- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----
- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação do ponto.-----
- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, CARLOS ALVES -----
- - Só queria acrescentar que este ano a modalidade a concurso é Ensaio, que é uma novidade e depois o tema que deve ser visto de uma forma mais alargada vai ao encontro daquilo que é intenção de levar mais longe o nome das nossas letras. Esta questão de trabalho de ensaio está sobre a autora na sua transversalidade em termos de obra e biografia que engloba a parte pedagógica, literária ou poética, ativista ou política, no fundo é enquadrável naquilo que é uma dinâmica que já está a encetada e também disse no período antes da ordem do dia de outras iniciativas deste contactos com a SPGL (Sindicato de Professores da Grande Lisboa) que já existiram, mas também a ligação com a Academia. Já foram feitos convites do ponto de vista da constituição do júri e existe um grande envolvimento da Academia, aliás foi aproveitado algum trabalho de investigação que as pessoas podem levar a concurso neste prémio literário, e depois outras medidas que estão associadas, porque este é um dos pontos essenciais, falando em termos de manifesto, quer dar outra dignidade e outro alcance deste prémio que é um prémio que tem uma chancela importante que é o nome Irene Lisboa, achava o Senhor Vice-Presidente, que não tinha amplitude e alcance que merecia, esta é a primeira tentativa de levar o ponto de

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

vista daquilo que é o trabalho a concurso que permita isso, com a apresentação também do espólio de Irene Lisboa que é algo que está a ser estudado, neste momento e que já há reuniões feitas, nomeadamente em Arranhó, com a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia e depois a constituição de um circuito que está a ser pensado e desenhado, um circuito Irene Lisboa, com uma sinalética própria e com QR Code que, do ponto de vista de uma visita guiada mais autónoma, permita aos visitantes que tenham esse circuito definido em nome da Irene Lisboa, este prémio tem uma visão estratégica para, perante aquilo que se pretende, para a autora e que este prémio também é uma face visível dessa estratégia.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO CAVACO -----

- - Referiu que é muito importante esta questão da dignificação do prémio, para não ser só mais um que existe, entre vários, porque se forem ver há prémios literários que têm valores melhores, têm melhores prémios, e são mais apelativos para quem concorre, e nesse sentido, acham que é urgente a revisão deste prémio, ou seja, de forma mais estruturada e mais a fundo, o próprio regulamento do concurso é de 2014, pensam que há outras adaptações que possam ser feitas, nomeadamente na questão do prémio e de outras modalidades que possam ser tidas em conta e que favoreçam, acima de tudo, esta questão da dignificação do nome de Irene Lisboa, que é isso que acham que acaba por cair na normalidade de um prémio que poderia ser mais potenciado e nesse sentido acaba, na perspetiva do Senhor Vereador, por ser um bocadinho redutor, não apenas para quem participava, mas para essa preservação e reconhecimento do trabalho da escritora. Pensa que o prémio poderia ser mais aliciante, não necessariamente de forma monetária, existe, por exemplo, no município de Vila Viçosa o prémio Florbela Espanca em que o Município promove a publicação da obra vencedora, porque os recursos não são fáceis, mas até se podia fazer um acordo com uma editora, poder potenciar e qualificar o prémio nesse sentido.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, CARLOS ALVES-----

- - Referiu que a questão essencial é o faseamento, tendo em consideração que desde a tomada de posse ainda não houve muito tempo para fazer um trabalho mais profundo. O que está pensado, nesta primeira fase, de uma forma mais imediata, é transformar aquilo que era o tradicional numa possibilidade da participação daí vir o ensaio, que é uma novidade, e depois transformar a própria autora que dá o nome ao prémio, ela própria no alvo dessa produção ensaística no sentido de até a utilizar posteriormente e nesse sentido.-----

- - A questão da publicação parece-lhe mais pertinente e já há algumas coisas pensadas, nomeadamente, até do ponto de vista daquilo que é uma editora que foi encubada na Invest Arruda. -----

- - A questão do Conselho Municipal da Cultura é um ponto a ter em consideração sendo que vai ter início esta sexta-feira, ainda não houve a oportunidade de fazer isso, isto é, o prémio Irene Lisboa, o ponto um, por assim dizer, já com o ensaio, já com uma equipa, porque havia a questão do júri de que parece sub importante mas não é, mas acaba por ser um convite quase particular relativamente alguns professores locais que davam o seu melhor nessa avaliação, mas que do ponto de vista do alcance do prémio quando é envolvida a Academia, o



selo de qualidade será muito mais visível e muito mais tangível daquilo que é o apetrechamento que alguém foi descortinado pela Academia. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO RODRIGUES-----

- - Referiu que ficou muito mais esclarecido com a explicação do Senhor Vice Presidente, a proposta é muito mais redutora do que o que está na cabeça do Senhor Vice Presidente, que, no fundo, pretende que seja este prémio, mas a verdade é esta, este prémio não é aquilo que está a dizer na proposta, ainda não é aquilo que está a dizer, esta é a questão que está aqui em causa, concordavam totalmente com aquilo que disse, se fosse essa a proposta, mas ainda não é essa proposta que aqui está, percebe o que está a dizer, aquilo que aqui está não é aquilo que esteve a explicar percebe que é aquilo que quer que seja, mas não é a proposta que está aqui para ser votada, daí o sentido de voto de abstenção.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, CARLOS ALVES -----

- - Referiu que aquilo que foi transmitido pelo júri, que irá constituir este prémio, tendo em consideração que será um trabalho de ensaio havia alguma necessidade de celeridade de colocar este processo já na rua, porque senão como se trata de ensaio é preciso investigação o prémio poderia ficar deserto do ponto de vista da participação, não havia essa possibilidade das pessoas terem tempo suficiente para amadurecer um trabalho ensaístico sobre a autora daí a sua urgência.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO CAVACO -----

- - O Senhor Vereador João Cavaco fez a seguinte declaração verbal:-----

- - “Os Vereadores do PSD abstêm-se relativamente à aprovação da proposta de prazos, prémios e datas dos eventos relativos ao XII prémio literário Irene Lisboa considerando que o prémio deve ser revisto bem como o respetivo regulamento, de forma que dignifique, reconheça e preserve o trabalho da escritora bem como todos os vencedores e participantes no mesmo.” -----

- - Foi deliberado, por maioria com duas abstenções dos Senhores Vereadores da Coligação Arruda, Agora! PPD/PSD - CDS-PP, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

- - “Língua e a literatura portuguesas constituem veículos privilegiados da nossa Identidade e Cultura. Através das mesmas é reconhecida a Universalidade do nosso povo. Também às autarquias, cabe a sua preservação e proliferação. -----

- - Nesta área, o Município de Arruda dos Vinhos é detentor de um vasto e rico legado, através do nome e da obra de Irene Lisboa, natural deste concelho, e que se configura como uma das mais proeminentes escritoras e pedagogas da contemporaneidade em Portugal. -----

- - Assim, é dever deste Município a promoção de iniciativas que se destinem a galardoar trabalhos de reconhecida qualidade, nas áreas da prosa narrativa (conto), da poesia e do ensaio, como forma de promover o nome de Irene Lisboa, bem como todo o património existente no concelho e no país a ela associado. -----

- - Assim e na sequência da entrada em vigor do Regulamento do Prémio Literário Irene Lisboa, em 10-09-2014, proponho, a fim de dar cumprimento ao Artigo 8.º do supracitado regulamento: -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - 1) Modalidade a concurso: Ensaio (tema: Irene Lisboa*) -----
- - *Tendo em conta a abrangência da esfera de ação de Irene Lisboa - literatura, pedagogia, percurso cívico - o ensaio poderá incidir sobre uma destas vertentes ou sobre todas. -----
- - 2) Datas: -----
- - A) Data limite para entrega dos trabalhos: 31 de agosto de 2022 -----
- - B) Divulgação dos resultados: Os resultados são tornados públicos no dia 11 de novembro de 2022 -----
- - C) Entrega do Prémio: A entrega do XII Prémio Literário Irene Lisboa é no dia 25 de novembro de 2022 -----
(Por ocasião do Mês Irene Lisboa, no dia em que se assinala a sua morte). -----
- - 3) Prémio: É atribuído um prémio único, no valor de 1500€. -----

PONTO N.º 9 - ESTÁGIO – TREINADORA DE NATAÇÃO NÍVEL 1 – RATIFICAÇÃO-----

- - Presente despacho de deferimento proferido pelo Senhor Presidente, em 08 de abril.-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento, proferido pelo Senhor Presidente e que consta na proposta com o seguinte teor: -----
- - "Considerando: -----
- - o pedido formulado por Ana Isabel Silvestre Pinto Soares para acolhimento de estágio no âmbito do curso de treinadora nível 1 de natação, no total de 100h de cais, a acompanhar um treinador de nível superior; -----
- - que o estágio para o curso de treinador visa a consolidação de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída dos cursos de treinadores; -----
- - que o município dispõe de equipamento e meios técnicos e humanos, que permitem acolher o estágio pretendido; -----
- - que é necessário indicar ou aceitar um tutor, enquanto treinador com qualificação superior à dos treinadores estagiários; -----
- - que o professor de natação, Marco Duarte, prestador de serviços na piscina municipal, possui as habilitações necessárias – treinador nível 2 - apresentou declaração para assumir a função de tutor da estagiária Ana Isabel Silvestre Pinto Soares, na piscina municipal de Arruda dos Vinhos;-----
- - Proponho, aprovar a minuta de protocolo, em anexo, referente ao estágio de Ana Isabel Silvestre Pinto Soares, no âmbito do curso Treinador Nível 1, com início no dia 9 de abril de 2022, bem como aceitar como tutor o treinador Nível 2, Marco Duarte."-----
- - Nos termos do n.º 6 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do art.º 31.º e com o art.º 69.º do C.P.A., o Senhor Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento. O executivo tomou conhecimento, e declarou o impedimento, tendo-se o Senhor Presidente ausentado da sala enquanto decorreu a discussão e votação deste ponto, ficando o Senhor Vice-Presidente Carlos Alves a presidir. -----

PONTO N.º 10 - REGULAMENTO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL – DÚVIDAS E OMISSÕES-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 11 de abril.-----



- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----
- - "Considerando: -----
- - a 2.ª alteração ao Regulamento Fundo de Emergência Social, em vigor, aprovada pela assembleia municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2022; -----
- - verificar-se um lapso de escrita - ausência de parenteses - no n.º 2 do artigo 3.º - "Podem ainda ser beneficiários do apoio económico previsto neste regulamento os migrantes residentes no Municípios de Arruda dos Vinhos há pelo menos 12 meses, detentores de título de residência válido e que reúnam as condições gerais definidas nas alíneas b), c), d) e f) do número anterior", podendo este facto vir a suscitar dúvidas na sua interpretação.-----
- - Proponho, de forma a permitir uma interpretação clara e fidedigna, a correção do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento do Fundo de Emergência Social, para onde se lê "e" leia-se "e)" (alínea e))." -----

PONTO N.º 11 - PROJETO ESPERANÇA – MGD N.º 4508-----

- - Presente proposta da Senhora Vereadora Carla Munhoz, datada de 08 de abril-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----
- - "O Município de Arruda dos Vinhos, no desenvolvimento da sua política social local procura reforçar as medidas de apoio à infância e às famílias com a atribuição de apoios económicos, no âmbito do "Projeto Esperança". -----
- - Neste âmbito, e atendendo à conjuntura social e económica, o Município implementou uma medida de apoio social a agregados familiares com crianças, desde do seu nascimento até à idade de 36 meses, por forma a garantir o acesso aos produtos/serviços básicos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança e tendo como princípio a defesa do superior interesse dos menores. -----
- - O enquadramento orçamental previsto na rubrica 0102 040701, projeto 2018/5012 Apoio pediátrico – Projeto Esperança das Grandes Opções do Plano, com o número sequencial de cabimento 21299 no valor de €100,00 (cem euros), e salvaguardando o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----
- - Considerando que a candidatura apresentada pela Sra. Liliana Filipa Nogueira Augusto, mãe do Santiago Augusto Gonçalves reúne as condições gerais de atribuição, estipuladas no artigo 2º, e o critério de apoio definido na alínea b), do nº 1, do artigo 3º do regulamento "Projeto Esperança" (1ºescalão do abono de família), proponho, nos termos da alínea v) do nº1, do artigo 33º, da lei nº75/2013, de 12 de setembro, que a autarquia apoie economicamente este agregado familiar, até ao montante máximo de €100.00 (cem euros), nos termos do referido regulamento." -----

PONTO N.º 12 - PROJETO ESPERANÇA – MGD N.º 4611-----

- Presente proposta da Senhora Vereadora Carla Munhoz, datada de 08 de abril.-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - "O Município de Arruda dos Vinhos, no desenvolvimento da sua política social local procura reforçar as medidas de apoio à infância e às famílias com a atribuição de apoios económicos, no âmbito do "Projeto Esperança". -----

- - Neste âmbito, e atendendo à conjuntura social e económica, o Município implementou uma medida de apoio social a agregados familiares com crianças, desde do seu nascimento até à idade de 36 meses, por forma a garantir o acesso aos produtos/serviços básicos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança e tendo como princípio a defesa do superior interesse dos menores. -----

- - O enquadramento orçamental previsto na rubrica 0102 040701, projeto 2018/5012 Apoio pediátrico – Projeto Esperança das Grandes Opções do Plano, com o número sequencial de cabimento 21300 no valor de €100,00 (cem euros), e salvaguardando o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

- - Considerando que a candidatura apresentada pela Sra. Vera Lúcia Lopes dos Santos Marques, mãe do Dinis Alexandre Marques da Silva reúne as condições gerais de atribuição, estipuladas no artigo 2º, e o critério de apoio definido na alínea b), do nº 1, do artigo 3º do regulamento "Projeto Esperança" (1º escalão do abono de família), proponho, nos termos da alínea v) do nº1, do artigo 33º, da lei nº75/2013, de 12 de setembro, que a autarquia apoie economicamente este agregado familiar, até ao montante máximo de €100.00 (cem euros), nos termos do referido regulamento." -----

PONTO N.º 13 - PROJETO ESPERANÇA – MGD N.º 4612-----

- - Presente proposta da Senhora Vereadora Carla Munhoz, datada de 08 de abril-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

- - "O Município de Arruda dos Vinhos, no desenvolvimento da sua política social local procura reforçar as medidas de apoio à infância e às famílias com a atribuição de apoios económicos, no âmbito do "Projeto Esperança". -----

- - Neste âmbito, e atendendo à conjuntura social e económica, o Município implementou uma medida de apoio social a agregados familiares com crianças, desde do seu nascimento até à idade de 36 meses, por forma a garantir o acesso aos produtos/serviços básicos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança e tendo como princípio a defesa do superior interesse dos menores. -----

- - O enquadramento orçamental previsto na rubrica 0102 040701, projeto 2018/5012 Apoio pediátrico – Projeto Esperança das Grandes Opções do Plano, com o número sequencial de cabimento 21300 no valor de €100,00 (cem euros), e salvaguardando o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

- - Considerando que a candidatura apresentada pela Sra. Vera Lúcia Lopes dos Santos Marques, mãe da Bianca Alexandra Marques da Silva reúne as condições gerais de atribuição, estipuladas no artigo 2º, e o critério de apoio definido na alínea b), do nº 1, do artigo 3º do regulamento "Projeto Esperança" (1º escalão do abono de família), proponho, nos termos da alínea v) do nº1, do artigo 33º, da lei nº75/2013, de 12 de setembro,



que a autarquia apoie economicamente este agregado familiar, até ao montante máximo de €100.00 (cem euros), nos termos do referido regulamento.” -----

PONTO N.º 14 - PROJETO ESPERANÇA – MGD N.º4331 – INDEFERIMENTO -----

- - Presente proposta da Senhora Vereadora Carla Munhoz, datada de 08 de abril.-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----
- - “O Município de Arruda dos Vinhos, no desenvolvimento da sua política social local procura reforçar as medidas de apoio à infância e às famílias com a atribuição de apoios económicos, no âmbito do “Projeto Esperança”. -----
- - Neste âmbito, e atendendo à conjuntura social e económica, o Município implementou uma medida de apoio social a agregados familiares com crianças, desde do seu nascimento até à idade de 36 meses, por forma a garantir o acesso aos produtos/serviços básicos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança e tendo como princípio a defesa do superior interesse dos menores. -----
- - Considerando o Regulamento “Projeto Esperança” e a candidatura apresentada referente à criança Camila Sofia Alves Antunes, nascida a 24/12/2021, não reúne os critérios do apoio, conforme estipulado no artigo 3º do regulamento (com criança de idade igual ou inferior a 12 meses em que o agregado familiar está posicionado no 1º escalão do abono de família pré-natal ou, seja beneficiário de medida de rendimento social de inserção ou criança entre os 0 e os 36 meses com medida de promoção e proteção aplicada por Tribunal de família e menores ou Comissão de proteção de crianças e jovens), proponho informar a interessada da tendência para o indeferimento do referido processo, com base nos pressupostos referidos, dispondo a interessada, de acordo com o art.º 122.º do CPA, de 10 dias, para se pronunciar. Findo este prazo, sem que seja efetuada qualquer diligência, será o mesmo considerado.”-----

PONTO N.º 15 - CONTRATO N.º 39/2020 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS – RESOLUÇÃO DO CONTRATO – DECISÃO FINAL-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 11 de abril-----
- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----
- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação do ponto.-----
- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO RODRIGUES-----
- - Referiu que o assunto do Mercadinho vem pelo uma vez por mês à reunião de câmara ou é a falta de capacidade que estão verificar para resolver esta situação, este é um procedimento que estava para ser concluído, foi concluído, foi uma morte lenta, mas foi o que foi, mas há realmente aqui um conjunto de questões que fazem parte da decisão final e que urge perceber como é que vão ser resolvidas. Antes de mais é perceber se existe mesmo uma retificação por parte dos serviços da câmara de faltar apenas vinte e seis por cento da empreitada para terminar a obra, para além dos vinte e seis por cento dos originais haverá também algum desgaste do imóvel, está como está, e acham que é urgente perceber o que são este vinte e seis por cento, o que está em falta, se é preciso fazer obras de requalificação ou de retificação, perceber se os setenta e cinco

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

mil euros serão suficientes para concluir o que falta desta empreitada. Recorda-se que na última reunião de câmara foi aprovada uma alteração ao Orçamento devido a uma questão parecida com esta, o Bairro João de Deus teve que ter um acréscimo de Orçamento, porque houve uma divergência entre os custos, na altura, e os custos de hoje em dia, em termos de mão-de-obra, custos da matéria-prima, transportes e construção e é preciso perceber rapidamente quanto é que estes setenta e cinco mil euros desviam dessa questão, é preciso perceber se conseguem manter o prazo de execução que se pretendia, o prazo de execução, a perspectiva de conseguir que a Câmara Municipal tem esta obra concluída em setembro ou outubro, que é aquilo que têm vindo a falar, é importante perceber se este caso é plausível, é tão ou mais importante, perceber se após a conclusão deste assunto e da resolução dolorosa desta empreitada se têm perspectivas sérias e concretas do segundo classificado no concurso público ou de qualquer outro empreiteiro pode assumir nestas condições.-----

- - Pergunta se a câmara não poderá atribuir aos comerciantes que colaboram em condições discutíveis, se não vão ter mais algum tipo benefício até à conclusão da obra, esta questão já foi colocada, sabem que a manutenção da isenção das taxas veio para ficar até ao final, mas pergunta se não há mais nenhum tipo de apoio que possa ser dado àquelas pessoas que estão a trabalhar em condições, até de saúde e higiene, que são de colocar em causa. Gostavam de saber se existe alguma perspectiva dessas pessoas serem apoiadas para efetuar um trabalho que é essencial aos arrudenses.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que não é nenhuma concessão especial, se considerarem que, nesta sala, não existe ninguém com mais vontade que o Senhor Presidente, que este processo se concretize e se finalize o mais rapidamente possível, pode haver quem queira tanto quanto o Senhor Presidente, mas mais do que o Senhor Presidente, não lhe levem a mal, mas não considera que haja ninguém. -----

- - Mencionou que a câmara segue o código dos contratos públicos, houve um concurso que foi lançado, houve um adjudicatário que venceu a obra, o Senhor Presidente não pertenceu ao júri, limita-se a decidir em função dos relatórios que são presentes para decidir, a câmara tem sempre a última palavra, foi selecionado um concorrente que não conseguiu concluir a obra e que entrou em processo de insolvência, qual é o grau de responsabilidade que alguém do executivo tem sobre essa matéria, pensa que nenhum, até porque no que diz respeito àquilo que é a execução deste contrato, o município de Arruda dos Vinhos, enquanto dono da obra, se portou muito bem na relação com adjudicatária e com a empreitada, o município de Arruda é arrastado para uma situação que é lamentável, aconteceu, não gostaria que tivesse acontecido, mas qual o grau de culpa que tem, sabe que agora atribuição de culpa a sociedade vive muito disto tem que haver sempre um responsável para tudo o que aconteça, está à vontade não tem qualquer tipo de problema, o responsável máximo dos serviços é o Senhor Presidente, por isso assumirá os prós e os contras de qualquer decisão que seja tomada, mesmo colegialmente, pela câmara. Têm que ter noção que este processo é complexo, porque, inclusivamente, mesmo uma outra empresa que vá tomar uma obra nestas circunstâncias é muito natural que a primeira coisa que digam é que não se responsabilizam por aquilo que está feito para trás, só se responsabilizam pelo que vão



fazer, mesmo a médio e longo prazo, até em termos de garantia de obra ou problemas que venham a surgir nesta obra, está a comprometer parcialmente, infelizmente, aconteceu isto, há sempre a leitura política que a responsabilidade é deste executivo, e o Senhor Presidente assume tudo isso, agora, tem dificuldade em conseguir perceber qual é responsabilidade de um político que lançou um concurso em cumprimento do código dos contratos públicos, que há um concorrente que não conseguiu finalizar a obra, faliu e insolveu e que deixou a obra a meio, é natural que exista sempre leitura, acha que são todos gente séria e percebe que não havia muito que a câmara pudesse fazer para que o empreiteiro tivesse o desfecho que teve, só se pagassem a obra toda, e aí tinham um problema adicional que era pagar a obra toda e a obra não estar concluída, mas isso não vão fazer, gerem o Orçamento do município de acordo com critérios de legalidade, em primeiro rácio e de responsabilidade, porque estão a gerir algo que é de todos. -----

- - Referiu a posição do executivo é tentar salvaguardar o interesse público e é isso que vão procurar fazer até ao final deste processo, aquilo que disse com toda a transparência foi: consultaram o segundo classificado, neste concurso, que admitiram que fosse a empresa melhor colocada porque já tinha estudado o tema, já se tinham preparado para concorrer e apresentou um preço competitivo, perdeu, mas foi competitivo, foi muito próximo do valor que ganhou e admitiram que era a primeira empresa com quem deveriam ter falado. É uma questão de razoabilidade, a empresa mostrou-se disponível, tiveram três reuniões presenciais, veio ao local, apresentou, há cerca de uma semana, um orçamento para conclusão dos trabalhos, que é muito superior a esses setenta e cinco mil euros. Perante esse dado já responderam à empresa a dizer que não teriam condições de pagar, pelos vinte e cinco por cento que faltam da obra, um valor quase equivalente ao custo da obra na sua totalidade, não estão disponíveis nem estavam preparados, pode admitir que ao apresentar esse valor, a empresa, não tem interesse na obra. Já fizeram, com toda a transparência, uma consulta informal ao mercado, nomeadamente a uma outra empresa que está com uma obra em curso no concelho e que já tem cá meios, maquinarias e recursos para olhar para a obras, e dentro daquilo que são os trabalhos que estão por executar vão apresentar um orçamento. Se chegarem à conclusão que os orçamentos são muito semelhantes têm que tomar uma decisão definitiva que é saber até que ponto é que não têm que esperar um pouco para dotar o Orçamento Municipal e até tentando uma reprogramação financeira da candidatura que foi aprovada para tentar levá-la adiante, mas ainda não desistiram de perceber se essa empresa tem condições de garantir que consegue executar os trabalhos por um valor substancialmente mais baixo, que é o que pretendem, se a empresa garantir que faz por esse valor tendencialmente concorrerá e apresentará esse valor, se não concorrer, tudo bem, e vão dar oportunidade ao mercado de fazer a obra. -----

- - Quanto à questão dos comerciantes do mercado informou que cederam aquelas "barraquinhas" que se usam na festa de Agosto, na altura os comerciantes disseram, quando propuseram essa solução, que cumpria os objetivos, alguns deles até nem sequer as utilizam porque têm instalações próprias que preferem utilizar por opção própria. As barraquinhas servem para as associações fazerem comida e disponibilizarem comida à população, parece que, do ponto de vista da segurança dos próprios e dos terceiros, que reúnem condições

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

para respeitar os critérios sanitários e as regras sanitárias em vigor, não lhe parece que anunciar que esta solução põe em causa a segurança seja um serviço público relevante que está a fazer à comunidade, acha que é alarmista, acha que é excessivo e carece de fundamentação técnica adequada para fazer esse tipo de afirmações, rejeitam liminarmente e fundamentalmente isso. ----- \

- - Quanto aos benefícios, há um que é claro, estão neste momento a operar sem qualquer tipo de pagamento, não pagam absolutamente nada. E não foi solicitado da parte de nenhum comerciante, até à data de hoje, nenhum outro tipo de incentivo adicional, acha que, de acordo com aquilo que é o interesse público, o executivo estar a propor mais do que aquilo que é solicitado, pode não ser propriamente uma boa gestão pública, da coisa pública. Neste momento não estão a equacionar nenhuma medida suplementar de apoio em relação àquelas que já estão em vigor, porque, simplesmente elas não foram solicitadas e salvo melhor opinião, neste momento, estão em condições é para ter muita cautela e responsabilidade naquilo que é a despesa pública e não é andarem a propor coisas que não tem fundamento. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO CAVACO -----

- - Referiu que quanto à questão da culpa não é apontar o dedo a ninguém nem culpar ninguém, até porque todos fazem parte do atual executivo e o objetivo é que todos trabalhem para que tudo corra pelo melhor. -----

- - Referiu que o Senhor Presidente falou de outra questão que é a responsabilidade, e é nesse sentido que os deixa preocupados, a questão da responsabilidade, quando afirmam que em setembro a obra estará concluída ou que é esta a percentagem do valor estimado, quando sabem que facilmente e com o tempo vai passando, como disse, cada dia que passa, são menos vinte e quatro horas, que se poderia estar a fazer obra e vai-se deteriorando e a probabilidade do preço aumentar também é muito maior, e é nesse sentido e nessa perspetiva que pensam que têm que estar um passo à frente, não se falou até da questão do concurso, e o Senhor Vereador percebe que isso poderia atrasar ainda mais, porque estes setenta e cinco mil euros não vão ser suficientes e têm que admiti-lo desde já e tomar consciência disso para que a obra avance. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO PINTO -----

- - Referiu que parece óbvio para todos, nesta fase, que as coisas não correram bem, isto não tem a ver com o passar as culpas a alguém. A empresa foi para a insolvência, por vicissitudes diversas e essa é uma responsabilidade que não pode ser assacada a ninguém, a não ser aos próprios administradores, há um problema que têm que procurar ultrapassar, evidentemente que quem chegar de novo vai dizer sempre que há mais coisas para fazer do que aquelas que estão a fazer, é sempre assim que as coisas funcionam como dizia o Senhor Presidente, e muito bem, vai ficar sempre qualquer coisa inquinada, porque ninguém vai querer responsabilizar-se pela grande parte da obra e isso parece óbvio que já está feito. Agora têm que ser muito claros nesta matéria e muito objetivos, atendendo aos valores de mercado que aí estão, é muito provável que tenha que vir a haver um novo concurso, isto é claro como a água, porque pelos valores que lhes vão apresentar, seguramente, não está a ver que as coisas se possam resolver de outra maneira e talvez seja até a



melhor forma para que isto fique limpinho, nomeadamente de responsabilidades ou de ninguém depois querer assumir a responsabilidade daquilo que está feito para trás. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que todos perceberam que a obra é para se fazer, todos têm vontade que seja concluída, de preferência o mais rapidamente possível. O pior cenário é não terem condições de encaixar um aumento de custos neste Orçamento, e terem que esperar pelo Orçamento seguinte, esse é o pior cenário, mas acha que é um cenário que todos querem evitar que aconteça até porque estão no mês quatro da execução deste Orçamento, se houver muitos custos acrescidos, em relação àquilo que estava previsto e estimado, vão ter que encontrar a forma de financiar esta obra com recurso a outras rubricas orçamentais, que vão ter que deixar de executar para executar esta obra, neste momento é como disse, com toda a transparência e frontalidade que podem esperar de si sempre. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR JOÃO RODRIGUES-----

- - Referiu que o ter dito que já foi contactado o segundo classificado, no fundo confirmou a disponibilidade, mas é uma disponibilidade impossível, porque ele próprio quando dá um orçamento, pelo que o Senhor Presidente disse, quase do valor da totalidade da obra era a mesma coisa que dizer não está disponível para fazer a obra. -

- - Referiu que desde o início do mandato sempre foram muito claros e, podem não concordar, mas acha que sempre foram muito claros nas propostas que vão colocando, naquilo que vão dizendo e o caminho que vão seguindo e as perguntas que vão fazendo, quer se queira, quer não, fazem sentido, pode não ser o sentido que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista pretendem, pode não ser o caminho que este executivo segue, mas o caminho que falam e as ideias que dão, na sua opinião, não são completamente descabidos, e ficam um bocadinho desconfortáveis com o facto de saber se não fizessem esta pergunta, não sabiam que o segundo classificado já tinha sido contactado, tinha apresentado um orçamento completamente irrealista, que não havia condições, no fundo, para que esse orçamento fosse aprovado, que os vinte e seis por cento da empreitada não são vinte e seis por cento, na palavra do segundo classificado e que o orçamento vai ser muito superior e que provavelmente até terá que ser, se calhar, a Câmara Municipal a assumir, no futuro, o orçamento. Referiu que quando estão a preparar as reuniões de câmara não querem repetir as mesmas perguntas, mas são levados a trazer, têm que repetir as mesmas perguntas para obter as respostas e é isso que lhes custa, e acha que da sua parte sempre houve a cooperação, principalmente relativamente a este ponto, para se encontrar uma resolução, e tem pena que no fundo saibam informações deste tema sem ser diretamente colocadas no PAOD, ou no início do ponto, porque acha que estas questões se viessem explicadas com o ponto da ordem do dia seriam mais perceptíveis, falta muito mais que vinte e seis por cento da empreitada, são precisos muito mais que setenta e cinco mil euros e não percebe porque é que essa questão não é colocada desde o início.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - Referiu que já disse várias vezes, mas vai dizer mais uma vez, não há ainda nenhum procedimento de contratação pública finalizado que seja presente à reunião de câmara, tudo o que pode dizer sobre isto é a informação que entende partilhar, ou não, até porque estão ainda nos preliminares, até porque a empresa Secal, depois do e-mail que enviou, que não foi muito simpático, até foi duro, pode vir dizer que tem razão, que houve um erro e vão baixar o valor de orçamento, não sabe, pode ser conjectural. Há uma coisa que os Senhores Vereadores têm que perceber na relação com o Senhor Presidente, não lhes levem a mal, mas não admite nem ao Senhor Vereador João Rodrigues nem a ninguém, que questione a falta de frontalidade do Presidente da Câmara, ou falta de transparência, ou falta de prestação de informação, já teve provas mais do que evidentes de que não é essa pessoa que tende a considerar que é, antes pelo contrário, procura envolver, procura prestar toda a informação e até já houve situações em que prestam informação e até dá impressão que os Senhores Vereadores não valorizam a informação que é prestada, pois voltam a questionar a mesma coisa e o Presidente volta a responder. Informou que da parte do executivo os senhores Vereadores e toda a gente terá sempre toda a frontalidade, todo o acesso à informação e responde sempre com toda a clareza e bastante frontalidade a todas as questões que sejam colocadas, podem sentir-se à vontade para fazer as questões que entenderem, que faz parte da sua missão e foi para isso que foi eleito, para fiscalizar o exercício, está à vontade, até agradece, é importante para si e valoriza até essa atuação política, não admite nem ao Senhor Vereador, nem a ninguém, que se faça uma crítica velada à sua sonegação de informação ou àquilo que entenda conveniente, não há, não haverá, nem nunca houve e, sintam-se à vontade para questionar o que quiser que responderá sempre com a verdade dos factos que é assim que sabe estar na política e na vida.-----

- - Referiu que questionar a sua falta de democracia, a sua falta de transparência ou de lealdade institucional é uma coisa que mexe muito com o Senhor Presidente, agradecia, a não ser que tenha dados concretos sobre alguma omissão da sua parte, sobre essa matéria, que se abstenha de certo tipo de comentários. Espera que tenha ficado claro que tudo aquilo que lhe perguntar, responderá sempre com lealdade institucional e com a informação transparente e atual, mais verdadeiro do que tem sido não pode ser, tem sido mais correto do que aquilo que, se calhar, os Senhores Vereadores mereciam, em determinadas alturas.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

- - "Considerando que:-----

- - a) A empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Arruda dos Vinhos, foi adjudicada à empresa Cansyfree, Construções Lda. pelo valor de € 289.796,32 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e seis euros e trinta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias;-----

- - b) No âmbito do contrato de empreitada foi prestada caução pela Cansyfree, Construções, Lda., no valor de € 14.489,82 (catorze mil quatrocentos e oitenta e nove euros e oitenta e dois cêntimos) através de garantia bancária n.º 0657.008084.393, emitida pela Caixa Geral de Depósitos em 23/11/2020;-----



- - c) A obra foi consignada no dia 11 de janeiro de 2021 e teve aprovação do PSS a 22 de janeiro de 2021, sendo a data prevista para conclusão dos trabalhos a 21 de julho de 2021; -----
- - d) Devido à falta de mão-de-obra e escassez de matéria-prima foram solicitadas duas prorrogações de prazo, uma prorrogação legal de prazo, de 30 (trinta) dias terminando a 20 de agosto de 2021, e outra prorrogação graciosa do prazo por mais 41 (quarenta e um) dias ou seja até 1 de outubro de 2021; -----
- - e) As obras estão paradas desde o final do mês de agosto de 2021; -----
- - f) Até à presente data, a Cansyfree, Construções Lda., não apresentou novo plano de execução dos trabalhos em falta, apesar das várias insistências nesse sentido quer por parte dos serviços técnicos municipais;
- - g) O prazo de execução da empreitada terminou a 1 de outubro de 2021 e desde então não houve evolução da obra no Mercado Municipal; -----
- - h) Falta executar 26% da empreitada o que corresponde ao valor de € 75.079,38 (setenta e cinco mil setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como a reparação de alguns dos trabalhos que não se encontram devidamente executados; -----
- - i) Foi concedido um último prazo pela Câmara Municipal de mais 45 dias, por deliberação de 13 de dezembro de 2021, para conclusão da obra, sob pena das cominações legais aplicáveis, tendo o mesmo terminado a 12/2/2022. -----
- - j) Tal prazo não foi cumprido pela Cansyfree, Construções Lda., agravando o já expressivo atraso na execução da empreitada, com prejuízos para o interesse público subjacente; -----
- - k) A não conclusão da empreitada no prazo contratual e demais prorrogações concedidas, para além de consubstanciar o incumprimento definitivo do contrato de empreitada por facto imputável ao cocontratante, circunstância que confere ao Município o direito de resolver o contrato, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, permite, igualmente, a aplicação de sanção contratual pelo atraso na conclusão da execução da obra, nos termos do n.º 1 da cláusula 11.º do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual, o qual faz parte integrante do contrato de empreitada, à semelhança do disposto no n.º 1 do artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos. Ora dispõe o n.º 1 da cláusula 11.ª do mencionado Caderno de Encargos que: "1- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2‰ do preço contratual." -----
- - l) O cálculo da referida sanção contratual por atraso na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, corresponde, assim, à aplicação da multa diária no montante de € 57,96 (2‰ do valor da adjudicação conforme dispõe o n.º 1 da cláusula 11.º do CE) sobre 138 dias de atraso (prazo decorrido entre a data limite para a conclusão da obra – 1/10/2021 e o dia 16/2/2022 – data de referência para o cálculo), o que perfaz o valor de € 7.998,48 (sete mil, novecentos e noventa e oito euros e quarenta e oito cêntimos); -----
- - m) A resolução sancionatória não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato para a conclusão dos

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

trabalhos em falta da empreitada e da aplicação da sanção contratual, nos termos do n.º 2 e n.º 3 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, o Município poderá executar a garantia bancária prestada pelo cocontratante; -----

n) Decorreu o prazo da audiência prévia em 1/04/2022, sem que a Cansyfree, Construções, Lda. se tenha pronunciado; -----

- - Proponho, que a Câmara Municipal delibere: -----

- - 1 - Aprovar a resolução do contrato de empreitada n.º 39/2020 de requalificação do Mercado Municipal de Arruda dos Vinhos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, em face da não conclusão da empreitada dentro do prazo contratual e das demais prorrogações concedidas o que consubstancia o incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante; -----

- - 2 - Aprovar a aplicação, nos termos do n.º 1 da cláusula 11.º do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual, o qual faz parte integrante do contrato de empreitada e nos termos do n.º 1 do artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos, da sanção pecuniária no montante de € 7.998,48 (sete mil, novecentos e noventa e oito euros e quarenta e oito cêntimos) pelo atraso na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, correspondente ao atraso de 138 dias verificados desde a data limite para a conclusão da obra – 1/10/2021 até à data 16/2/2022 (data de referência para o cálculo); -----

- - 3 - Aprovar o acionamento da garantia bancária n.º 0657.008084.393, emitida pela Caixa Geral de Depósitos em 23/11/2020 prestada pelo cocontratante, no valor de € 14.489,82 (catorze mil quatrocentos e oitenta e nove euros e oitenta e dois cêntimos) para fazer face aos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato para concluir a empreitada e da aplicação da sanção contratual.” -----

PONTO N.º 16 - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NUM PRÉDIO SITO EM RUA DOS VALINHOS, EM Á-DO-MOURÃO, FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS – REQUERENTE: ROSINDA MARIA DA SILVA LOURENÇO-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 04 de abril.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

- - “Considerando que: -----

- - O requerente pretende o licenciamento de uma operação de loteamento a levar a efeito numa área de intervenção de 3.390 m2, sobre um prédio rústico com a área total de 8.000 m2, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 24 Secção T, da freguesia de S. Tiago dos Velhos e descrito na conservatória do registo predial deste concelho sob o n.º 608/19910819. A proposta visa a intervenção em espaço contíguo de utilização do espaço público para zona ajardinada. -----

- - Nestes termos, proponho que: -----

A Câmara Municipal, delibere deferir a aceitação do espaço público contíguo ao loteamento para zona ajardinada, conforme planta anexa.”-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - O Senhor Vereador João Cavaco ausentou-se da sala pelo facto de estar envolvido profissionalmente no projeto.-----

Deliberações / Minutas-----

- - De todas as deliberações anteriores foram redigidas minutas, as quais foram aprovadas e assinadas pelos intervenientes de modo a produzirem efeitos imediatos, ficando os respetivos documentos devidamente arquivados, na pasta a que respeita esta ata. -----

Documentos para Conhecimento-----

Resumo Diário de Tesouraria-----

- - A câmara municipal, tomou conhecimento da posição da Tesouraria, através do respetivo resumo diário do dia anterior a esta reunião, o qual acusava um saldo orçamental de euros 761 433,42 (setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e trinta e três euros e quarenta e dois cêntimos).-----

Licenciamento de Obras Particulares-----

- - Presente relação dos processos objeto de despacho pelo Sr. Presidente da câmara conforme consta na deliberação de 21 de outubro de 2021 -----

- - Processo n.º 153/2010 – Bruno Miguel Antunes Pardal -----

Pedido de substituição do técnico autor do projeto de arquitetura.-----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 29-03-2022, em conformidade com o parecer técnico. --

- - Processo n.º 5/2022 – Valdo Ludgero Faria Sabino -----

Licenciamento de construção de moradia unifamiliar, muros de vedação e anexo, sito em Estrada da Quinta da Serra, 31, freguesia de Arruda dos Vinhos. -----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 29-03-2022, em conformidade com o parecer técnico. -

- - Processo n.º 98/2017 – Gadgetelite – Promoção Imobiliária, Lda -----

Licenciamento de alterações de edificação, freguesia de Arruda dos Vinhos. -----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 07-04-2022, em conformidade com o parecer técnico. --

- - Processo n.º 37/2021 – Vítor Manuel da Silveira Lopes da Piedade -----

Informação prévia de reconstrução, com alteração e ampliação de moradia sita em, Vale Flores, freguesia de Cardosas. -----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 07-04-2022, em conformidade com o parecer técnico. --

- - Processo n.º 9/2022 – João Pedro Alves Campos e Patrícia Alexandra Jacinto Paulino-----

Licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros, sito em Rua do Cobre, n.º 9, freguesia de Arruda dos Vinhos. -----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 07-04-2022, em conformidade com o parecer técnico. --

Encerramento-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 18 de abril de 2022

- - E não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião eram dezassete horas da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro.-----

António da Silva
Isabel Alves Marques